



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 09, pp. 50521-50531, September, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.22876.09.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A RELAÇÃO FRANÇA-BRASIL E O AGRONEGÓCIO

Raphael de Almeida Leitão¹, Osmar Rosales Júnior², Flavio Duarte Machado³, João Victor Bentes Corrêa⁴, Dr. Murillo de Oliveira Dias⁵ and Danilo Silveira da Costa⁶

^{1,2,3,4,6} Universidade da Força Aérea, PPGCA-UNIFA, Brazil

⁵Fundação Getulio Vargas. Praia de Botafogo, 190 - Botafogo, Rio de Janeiro, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 20th August, 2021

Received in revised form

29th August, 2021

Accepted 06th September, 2021

Published online 30th September, 2021

Key Words:

International Relations Theories, Agriculture, Politic, Deforestation.

*Corresponding author:

Raphael de Almeida Leitão

ABSTRACT

Relações Internacionais colaboram para um melhor entendimento da relação entre os Estados. O presente artigo investigou a evolução epistemológica das relações entre Brasil e França com foco no agronegócio, através de extensa revisão bibliográfica sobre o tema, elencando os principais conflitos de interesse. Desde o seu estabelecimento como Estado, passo a passo, o Brasil amadureceu sua postura perante o mundo com relações bilaterais que em muito agregaram para sua posição protagonista perante o entorno estratégico da América Latina. A França, por sua vez, ao longo dos anos demonstrou interesses estratégicos em relação ao Brasil, desde quando atingiu o apogeu de sua influência ao redor do Mundo Ocidental, com forte ascensão de seu império. Os resultados do artigo apontam pontos de convergência e divergência entre as duas nações, bem como evidencia a maneira pela qual o Governo Brasileiro se posicionou em relação às recentes críticas sofridas pelo Governo Francês quanto ao desmatamento da Amazônia, após sua distinta relevância econômica no contexto do setor agropecuário. A pesquisa é útil a acadêmicos e profissionais envolvidos em política, sociologia, estratégia, defesa e pesquisadores em geral. Discussão sobre o assunto e recomendações para estudos futuros complementam este trabalho.

Copyright © 2021, Raphael de Almeida Leitão et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Raphael de Almeida Leitão, Osmar Rosales Júnior, Flavio Duarte Machado, João Victor Bentes Corrêa, Dr. Murillo de Oliveira Dias and Danilo Silveira da Costa. "Relações internacionais: a relação França-brasil e o agronegócio", *International Journal of Development Research*, 11, (09), 50521-50531.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo, então, à luz das principais teorias de Relações Internacionais (RI), trazer à tona as principais características e situações históricas de cada uma delas, culminando na discussão de como o Brasil, mais enquadrado à Escola do Realismo Neoclássico, posicionou-se diante das críticas sofridas pela França quando às taxas de desmatamento da Amazônia. Tal teoria das RI possui como características principais a política governada por leis objetivas através da observação, razão e análise. O conceito de interesse é definido pelo Realismo Neoclássico em termos de poder. É marcante por ser um conceito mutável e moldável, onde princípios morais abstratos não podem ser aplicados à política. Há, nessa teoria, uma diferença marcante entre as aspirações morais de uma nação e os princípios morais universais. Chama a atenção, também, pela busca da autonomia da política internacional. As Relações Internacionais (RI), se encaradas de maneira generalista e conceitualmente adaptativa, remontam ao início das civilizações humanas. Desde a

união de indivíduos em famílias, clãs, tribos e sociedades, registram-se relacionamentos desses grupos com outros, de características distintas, geralmente em defesa de algum interesse. Com essa busca de objetivos, teve início um fenômeno social também antigo, talvez tanto quanto a própria civilização: a guerra. Buscar o que interessa a um grupo subjulgando outro por meio de violência é uma atividade atrelada à história dos povos antigos e dos atuais, e esse é o escopo das RI: o relacionamento entre os Estados e suas relações de poder. Considerando que o reconhecimento igualitário da soberania dos Estados no Sistema Internacional (SI) atual, a projeção de poder entre eles é bastante heterogênea, com isso percebeu-se, ao longo dos anos, que críticas reincidentes têm sido feitas a países em desenvolvimento, quando há uma ameaça aos interesses de países considerados de maior envergadura. Pretende-se, portanto, demonstrar de que forma o Brasil reagiu a essas críticas e quais as medidas adotadas pelo setor agropecuário, no intuito de mitigar possíveis danos à natureza e à sociedade quando da exploração e prática comercial desses recursos, como resposta às críticas sofridas. Cabe ressaltar que a escrita ora externada são de cunho pessoal dos autores e são resultantes da

formação acadêmico-científica desses, não devendo ser interpretadas como a opinião oficial da República Federativa do Brasil e de suas instituições.

ASPECTOS METODOLÓGICOS E LIMITAÇÕES DA PESQUISA: O presente artigo é uma pesquisa retrospectiva, descritiva, baseada em dados secundários extraídos de revisões bibliográficas extensas, abrangentes e sistemáticas sobre o assunto. A análise limitou-se à teoria das Relações Internacionais e sua interpretação ao longo das fases históricas, assim como a bibliografias históricas do Brasil, documentos, publicações da mídia escrita e sites oficiais do Estado Brasileiro sobre o tema em questão. Não foi considerado necessário submeter esta pesquisa à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa. A próxima seção apresentará as abordagens existentes sobre o tema proposto. O caso tem implicações políticas, sociais, estratégicas e militares. Na próxima seção, ainda, a revisão da literatura é apresentada.

MARCO TEÓRICO SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A Teoria das Relações Internacionais apesar de ser uma ciência recente, tem incorporado as novidades que transcendem a sociedade mundial em seus fundamentos e tem sido estudada ao longo do anos na busca de um melhor entendimento da relação entre os Estados, sob a abordagem de teóricos tradicionalmente consagrados, na academia americana ou europeia, embasado em um edifício teórico de grandes referenciais como fundamento epistemológico, tais como: i Thomas Hobbes, 1651; ii Carl Von Clausewitz, 1830 ; iii Kant, iv Carr, 1946; v Morgenthau, 1948; e vi Nye, 1977. Isso posto, apesar da política de alianças advindas da evolução desses conceitos, o Brasil vale-se de uma postura firme para atingir seus interesses. Pretende-se, assim, analisar como o país tem se colocado nesse escopo à luz da i Constituição Federal do Brasil, 1988; ii Política e Estratégia Nacional de Defesa, 2016 e de autores consagrados no âmbito da história e das Relações Internacionais como iii Costa, 1999; e iv Sarfati, 2011; v Bueno, 2012; vi Mendonça, 2013; e vii Castro, 2016.

A RELAÇÃO INTERNACIONAL FRANÇA-BRASIL: Antecedentes históricos nas RI: Ao longo dos anos, várias foram as teorias que de alguma forma tentaram marcar a política de interesses e acordos face às constantes interações entre os entes estatais, dentre as principais: Realismo Clássico e Moderno, Idealismo Clássico e Moderno, Realismo Neoclássico, Neorealismo e Neoliberalismo. Marco histórico importante que mudou o SI de uma outra época e o aproximou do atual foi o fim da Guerra dos 30 anos, em 1648, com o Tratado de Westfália, ou Paz de Westfália, que cunhou dois princípios basilares das Relações Internacionais até os dias de hoje. Primeiro, que “o governo de cada país é, de forma inequívoca, soberano dentro de sua jurisdição territorial” (Sarfati, 2011, p. 326). E segundo, que “os países não devem interferir nos assuntos domésticos uns dos outros” (Sarfati, 2011, p. 326). Nas explicações de Carl Von Clausewitz¹, observam-se importantes considerações a respeito das causas da guerra. Na teoria de Hobbes², também, fica evidente a necessidade de um “Leviatã” a orquestrar o poder entre os atores para garantir alguma sensação de paz e evitar a guerra de “todos contra todos”. Vigorava, de certa forma, a ideia de que o medo de perder valia mais que o egoísmo de querer mais. O Realismo Moderno, em sua diretriz de busca pelo poder, motivou a visão do Estado como o ator fundamental e o colocou em um patamar onde a cooperação somente ocorreria no balanço de poder. Em um mundo de forças antagônicas, a ideia de submeter os Estados às leis internacionais seria de pronto refutada pela busca da anarquia no sistema internacional para os neorealistas.

A conquista do poder soberano dependeria do quão reconhecido esse Estado passaria a ser após esse balanço de poder. Para Morgenthau³ (2003) o equilíbrio do poder, por exemplo, constitui de fato um elemento perene em todas as sociedades pluralistas. O interesse do Estado estava acima dos valores morais propostos. Muito se pensou em como um ordenamento jurídico ou a falta deste seria capaz de arbitrar, não somente o comportamento de cada Estado, mas ser suficiente para indicar modelos de diálogo e a solução de conflitos. O simples modo de impor um seguimento do Direito Internacional não foi suficiente como objetivava o Idealismo Clássico, no intuito de frear as agruras do interesse de quem estava a impor a sua vontade. A dinâmica das relações, cada vez mais imputou sobre os Estados certa assimetria, preponderantemente quando os Estados Unidos passaram a ser a grande hegemonia não somente ocidental, mas mundial. O paradoxo do Estado forte do Neorealismo e os instrumentos econômicos e institucionais dos atores transnacionais do Idealismo continuou a pairar na interpretação dos rumos das relações internacionais. Com Edward H. Carr⁴, o Estado reafirmou seu protagonismo e pôs abaixo o ideário da Liga das Nações. Colocou, ainda, a economia (*low politics*) subordinado ao poderio militar (*high politics*). A importância suprema do instrumento militar residia no fato de que a última ratio de poder nas RI seria a guerra. Ela estaria escondida no fundo da política internacional, assim como a revolução estaria escondida no fundo da política interna (Carr, 1946). O estudo da estrutura econômica e militar do sistema internacional moderno, após a segunda guerra mundial, também deve ser observado à luz de todo o contexto histórico, sempre pautado nos fundamentos das teorias de relações internacionais. O Neoliberalismo chegou com a ideia de interdependência complexa e manutenção de regimes internacionais para resolver problemas comuns, com diversas redes interestatais, transgovernamentais e transnacionais. Houve, então, a busca de agendas diversas e temas focados no declínio da força militar e do poder coercitivo. O século XX assistiu, também, à emergência de atores que não poderiam ser contidos nas fronteiras territoriais estatais e que passaram a cumprir ou influenciar determinadas funções que tradicionalmente eram dos Estados. “Contemporaneamente, vários autores de Relações Internacionais passaram a considerar outros entes além dos Estados, [...] as relações internacionais transcenderiam os territórios por meio das ações de ETNs, OINGs, OIGs.” (Sarfati, 2011, pp. 33-34).

A renovação das teorias de relações internacionais também deu lugar a novos conceitos de poder, diretamente relacionados a aspectos culturais e históricos. Eles passaram a moldar a maneira dos países atuarem no sistema global moderno e trouxeram novas estratégias de imposição de poder, tais como, *soft power*, *hard power* e *smart power*. O *soft power* é definido como a capacidade de um Estado ou ator global influenciar o comportamento de outros, através de meios ideológicos (valores e cultura). O *hard power* é o poder de coação dos outros entes, utilizando-se de potencial militar, político e econômico. A combinação de ambos os conceitos, capacidade de usar a força, somada à condição de inspirar e influenciar, constroem a definição de *smart power* (Nye, 2009). A Guerra Fria transformou a natureza das relações internacionais, derrubando as perspectivas de cooperação internacional baseadas na corrente idealista de Kant. O idealismo acreditava que a paz e prosperidade no cenário internacional seriam garantidas pela democracia e pelo livre comércio, os quais promoveriam a cooperação e solução dos conflitos, através da negociação entre os atores globais. O mundo passou a ser percebido como um tabuleiro de xadrez, no qual as peças de mesma cor deveriam cercar, isolar e destruir os Estados oponentes. Já no contexto pós-Guerra Fria, o construtivismo surge de maneira mais impávida, pulverizando novos paradigmas, diante do racionalismo então vigente como principal tema dos holofotes intelectuais (Castro, 2016) com um panorama de estudos em torno do agente-estrutura em uma linha de ação ontológica no final dos anos 80.

¹Oficial militar prussiano que escreveu sobre o tema após as guerras napoleônicas. Para Clausewitz, a guerra é parte da política e, portanto, não pode ser vista independentemente dela ou, nas suas mais famosas palavras, a guerra é a continuação da política por outros meios.

²Foi um matemático, teórico político e filósofo inglês, autor de *Leviatã* e *Do cidadão*. Em 1629, faz a primeira tradução para o inglês da *Guerra do Peloponeso*, de Tucídides. Somente em 1651 publica sua principal obra, *Leviatã*.

³Nasceu em uma família judia na Alemanha. Na década de 1930, foi professor na Suíça e na Espanha. Consolidou a visão realista de Relações Internacionais posteriormente recuperada por Edward Hallett Carr.

⁴Historiador britânico, jornalista e teórico das relações internacionais que se opôs ao empirismo na historiografia.

Diante das correntes teóricas das RI acima descritas, o Brasil tem sido um exemplo de país que aumentou sua influência, especificamente nos assuntos ligados à economia. Desde o período de emancipação, mas principalmente após a II Guerra Mundial, amadureceu sua postura perante o mundo com relações bilaterais que em muito agregaram para sua posição protagonista perante o entorno estratégico da América Latina. O Brasil tem buscado a manutenção do seu *status quo* a fim de reforçar alianças e consolidar poder, através de uma política de governo segura e racional, sem influência de fatores abstratos/ideologias, buscando certa autonomia na política internacional para facilitar alianças que sejam do interesse da nação.

HISTÓRICO: Séculos XVI a XIX: O ambiente de relações entre Brasil e França foi marcado pela conjuntura internacional de cada época, assim como pelas suas relações com outros Estados, de acordo com os interesses que compõem este emaranhado político, econômico e militar das nações. Em um diálogo com um diplomata espanhol, o Rei Francisco I proferiu a famosa frase: “Gostaria de ver a frase do testamento de Adão que me afastou da partilha do mundo...” referindo-se ao Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha em 1494 (Bueno, 2012). É evidente que um espaço de terra com características tropicais e de uma inumerável riqueza não passaria em branco a nenhuma coroa europeia do Século XVI, quanto mais ao grande Estado Francês. Com um oceano de descobertas à frente, Francisco I erguia a voz contra o *maré closum* (mar fechado) e buscavam o *maré liberum* (mar aberto à navegação de todas as nações). Acima de polêmicas legais e nuances jurídicas, piratas e corsários franceses passaram a visar o litoral brasileiro. Em duas ocasiões, 1530 e 1548, a América portuguesa por pouco não se tornou um território da França, nos episódios da “França Antártida” e “França Equinocial”, até que em 1548 uma outra investida francesa no Rio de Janeiro, ameaçando a capitania de São Vicente, serviu de estímulo para que Dom João estabelecesse um Governo-Geral para a colônia Brasileira. A Ilha de Villegagnon, no interior da Baía de Guanabara e em frente ao Aeroporto Santos Dumont, até hoje marca a ocupação francesa na região. Em 1555, no reinado de Henrique II, Nicolas de Villegagnon partiu da França ao Brasil na tentativa de estabelecer uma colônia. Após sucessivos desentendimentos, deserções e conspirações, em 1558 o projeto de estabelecer a “Nova França” sucumbiu em 1560. Era o fim da França Antártica (Bueno, 2012).

Bueno (2012) relata, ainda, outro episódio menos difundido, onde uma invasão francesa provocou riscos muito maiores à soberania lusa por mais de uma década nas perigosas áreas maranhenses, quando realizam sólida amizade com as tribos locais e descobriram a melhor rota dentre as correntes marítimas tremendamente traiçoeiras daquela região. Na ocasião, Jacques Riffault, que desde 1590 já ancorava sua nau no Rio Potengi em Natal-RN, estendeu seu domínio por toda a costa do Maranhão e organizou uma expedição colonizadora, apoiado por Charles des Vaux. Eles partiram ao Maranhão com três navios e quinhentos homens. Em 1612, desembarcaram e celebraram a primeira missa. Na ocasião, foi iniciada a fortaleza que deu origem à cidade de São Luís, em homenagem ao rei-menino Luís XIII. Com o apoio do rei francês Luís XIV, novas investidas foram realizadas por estes em 1710 nas cercanias de Guaratiba, próximo à Barra da Tijuca. Cem anos depois, a 12 de janeiro de 1809, após a investida da tropa brasileira formada por 700 homens, 4 peças e 20 obuses, foi assinada a capitulação que ajustou a entrega da Guiana Francesa ao príncipe regente D. João, que atingia um dos seus primeiros objetivos na América. Erroneamente, à campanha da Guiana foi atribuído um intuito imperialista, só existente de fato na luta pela anexação da Banda Oriental, uma vez que a esse espírito não agradasse D. João, que posteriormente devolve aquelas terras aos franceses, encerrando a ocupação em novembro de 1817. Os então governantes da Guiana, durante a ocupação, enviaram ao Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia muitos exemplares de plantas encontradas por lá, fruto de experiências botânicas designadas por Luís XVI, com destaque para a árvore-do-pão (artocarpo) ou fruta-pão, que com grande esforço os ingleses transportaram da Polinésia em fins do século XVIII, e a “cana de Caiena”, espécie de sacarina, que revigorou consideravelmente os canaviais do Brasil. (Mendonça, 2013).

Outra tremenda questão territorial se armava com a França, a questão do Amapá, quando a França pretendia trazer a Guiana até o rio Amazonas. A França não queria pouco. Deslocava os limites meridionais da Guiana Francesa até a margem superior do Amazonas, uma superfície de aproximadamente 200 mil km², local de grande riqueza aurífera. Poderosa e armada, dona de um extenso império africano em que se incluíam a Argélia e Tunísia conquistadas, desejava violar os antigos tratados, a começar pelo pacto de Utrecht, negociado em 1719 entre Portugal e França. No artigo 8º daquele tratado, a França renunciava às suas pretensões “sobre as terras chamadas do cabo do Norte e situadas entre o rio Amazonas e o Yapoc ou Vicente Pinzón”. O Brasil, naquela ocasião, com sua postura pacífica, liberal e democrática, valeu-se do arbitramento, resolvendo com harmonia todas as questões de fronteiras. O Brasil se saiu bem do litígio, graças ao exaustivo e bem-sucedido trabalho de Rio Branco: o cidadão da América (Mendonça, 2013).

Séculos XX e XXI: Passados tantos anos e, após a Grande Guerra, Brasil e França estiveram próximos uma vez mais, porém em situações opostas na Liga da Nações, que enfrentou problemas com a França desde o início, uma vez que o país queria um exército para a instituição, enquanto os ingleses e os norte-americanos se opunham a isso. Em um ambiente extremamente hostil, no qual os derrotados da Grande Guerra haviam sido humilhados e não participavam da instituição, havia sérias divergências entre os vencedores. Com o “entra-e-sai” dos países da organização, o Brasil abandonou a entidade em 1926. O fracasso da Liga marcou a não efetividade de uma agenda de submissão à arbitragem do Direito Internacional. O sistema viu cair sob os Catorze Pontos de Woodrow Wilson⁵ uma outra realidade, a onda de ultranacionalismo que predominou em países Europeus e culminou em outra guerra. Os atores voltaram a se colidir em blocos e reforçaram seus arsenais para impor suas vontades, nem que para isso precisassem fazer sucumbir, de maneira trágica e horrenda, a dignidade humana em campos de concentração na Segunda Guerra Mundial. O Brasil seguiu o curso de suas relações buscando seus interesses e de uma cooperação que o favorecesse nas relações com os demais Estados. No contexto da Segunda Guerra Mundial, o Brasil ingressou no campo dos aliados em troca de benefícios econômicos que incluíram a ajuda norte-americana para a construção de nossa indústria siderúrgica (Sarfaty, 2011). Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a relação Brasil e França começa a ser efetivamente impulsionada, porém, com clara desconfiança entre os dois países. A França encontrava-se em uma crise, buscando a recuperação dos desastres da guerra, e o Brasil não estava disposto ao alinhamento com parceiros que pudessem prejudicar suas relações com os Estados Unidos. Os dois países retomaram suas relações comerciais, através da exportação do café brasileiro e definição de uma agenda bilateral, ditada pelas ideias colonialistas franceses. Apesar da existência de divergências, a França posicionou-se como um dos sete maiores clientes e fornecedores do Brasil. Durante o período de 1950 a 1955 a França detinha quase 6% (seis por cento) do capital estrangeiro investido no Brasil, sendo considerada um dos quatro maiores inversionistas no país (Lessa, 2000). A partir de 1956 ocorre a deterioração das relações econômicas entre Brasil e França e o cenário de investimento europeu passa a ser alterado. O plano de metas do então presidente Juscelino Kubitschek não surtiu efeitos positivos no governo francês, o que fez com que a França declinasse de suas relações comerciais com o Brasil. A instabilidade econômica do governo de João Goulart também contribuiu para o alto risco nos investimentos realizados no Brasil (Silva, 2021). O ano de 1961 foi marcado pelo incidente diplomático de maior gravidade nas relações franco-brasileiras, a Guerra da Lagosta. O conflito teve início a partir da negativa do governo brasileiro em relação a captura da lagosta por barcos franceses na costa de Pernambuco, o que iniciou um longo debate diplomático sobre os direitos dos pescadores franceses. Apesar de jamais terem entrado em combate, a França deslocou um contingente naval para a área vizinha à região do conflito, o que foi

⁵Presidente norte-americano que queria acabar com o velho hábito das diplomacias de guerra desde 1913. Segundo as suas próprias palavras, faziam dos povos e das províncias mercadorias de troca ou peões do tabuleiro de xadrez.

encarado como ameaça a soberania brasileira. Desta forma, o presidente Jânio Quadros determinou o posicionamento de navios da Marinha no local. O conflito foi resolvido no campo da diplomacia, porém contribuiu para a continuidade da apatia nas relações entre os países (Poggio, 2016), até que em 1961, Jânio Quadros preparou um plano envolvendo o governador do Amapá, Moura Cavalcanti, para a invasão e anexação da Guiana Francesa. A operação chegou a entrar em fase de treinamento militar, mas foi abortada pela renúncia de Quadros. A reaproximação diplomática entre Brasil e França foi iniciada a partir de 1964. Após convite do governo brasileiro, o então Chefe de Estado Francês, Charles De Gaulle, visitou o Brasil e celebrou um acordo de Assistência Técnica entre os dois países, que em 1967 evoluiu para o Acordo de Cooperação Técnico Científica, objetivando o desenvolvimento científico conjunto. Na década de 70, o presidente brasileiro Ernesto Geisel buscou investimentos franceses para alavancar os projetos tecnológicos brasileiros, porém, apesar da assinatura de acordos franco-brasileiros, a influência econômica não foi significativa. A partir de 1980, o governo francês passou a preocupar-se com o território da Guiana Francesa, território francês com maior fronteira externa, principalmente diante das ameaças de invasores, imigração clandestina de brasileiros e contrabando fronteiriço, delimitando finalmente suas fronteiras com o Brasil, acontecimento que marcou o envolvimento francês nas relações diplomáticas da América Latina (Lessa, 2000). Na ligação entre os jogos políticos domésticos e internacionais, os interesses domésticos brasileiros favoreceram a negociação para o setor agrícola, cuja importância é consensual dentro da sociedade brasileira, a fim de impulsionar as posições do país dentro de suas negociações com a Alca, a UE e a OMC (Sarfati, 2011). Muito embora haja essa pujança brasileira na busca de se projetar, Sarfati (2011) chamou a atenção para a condição de subdesenvolvimento brasileiro, que poderia ser explicada pelo seu espaço histórico na economia mundial. Durante mais de três séculos, o país foi o de uma colônia de exploração (ao contrário dos Estados Unidos, Canadá ou Austrália, chamados colônias de ocupação). Historicamente, o Brasil sempre ocupou um espaço periférico na economia mundial, assim como os seus vizinhos latino-americanos. No bojo da corrida pela exploração do setor agrícola, Rudzít e Nogami (2009) trouxeram à tona um tema que é muito caro à diplomacia brasileira e está relacionado ao fim do subsídio agrícola. Os autores revelaram que este assunto é central ao Itamaraty há muitos anos, onde o caminho lógico seria o de buscar a eliminação dessa prática financeira no âmbito multilateral do comércio internacional. Afirmam, ainda, que a postura francesa nesta área é oposta à postura do Brasil e que o programa de subsídio agrícola da União Europeia tem sido um dos focos de ataque da diplomacia brasileira. Acontece que a França é o Estado com maior parcela dentro deste programa e, reiteradas vezes, colocou-se contrária à diminuição dos subsídios.

DO BRASIL AGRÁRIO À POTÊNCIA EXPORTADORA: Antes de entender a casuística brasileira perante a relação com os estados, é significativo compreender o predomínio do caráter, desde sempre, da política agrária e nacionalista do país. Desde a emancipação do Brasil após o Período Colonial, as classes sociais, que assumiram o poder em 1822, foram compostas por fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela numa economia de importação e exportação, mais interessados na manutenção das estruturas tradicionais de produção. As bases eram o sistema de trabalho escravo e a grande propriedade. Através da reafirmação da tradição agrária, não incorporaram, naquela época, o desenvolvimento da indústria nacional e mantiveram o modelo escravista em vigor. O país alcançou a Independência sem recorrer à mobilização das massas, ainda na presença do herdeiro da Corte Portuguesa (Costa, 1999). Para Thales Castro (2016), embora tenha tido seu nascimento, do ponto de vista histórico, em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho do Ipiranga, por D. Pedro I, somente em 24 de março de 1824 ocorreu seu nascimento no prisma político-jurídico-diplomático, com a primeira carta constitucional outorgada após dissolução da Assembleia Constituinte. Assim, aquele fato histórico de independência não originou os desdobramentos diretos e automáticos necessários para o cenário internacional, pois o nascimento do país no prisma político-jurídico-diplomático ocorreu, somente, após a primeira Constituição.

Na esteira da sucessão de poder colonial, as elites optaram inicialmente por um regime monárquico e, uma vez conquistada a independência, assumiram a liderança da nação em 1831, levando D. Pedro I a abdicar do trono. Os movimentos de insurgência deram o tom da oposição de liberais radicais que se insurgiram em várias localidades do país. A concorrência estrangeira colocou em dificuldades os artesãos e pequenos comerciantes já na década de 1830, que ganharam apoio de médicos, advogados, jornalistas e outros profissionais urbanos, bem como da massa de negros e mulatos livres. A expansão do mercado interno fez com que fosse almejada uma relativa independência em relação às lealdades tradicionais. Os setores mais progressistas das oligarquias participaram de movimentos reformistas característicos do período 1870-1889, que implicaram numa reforma eleitoral, a abolição dos escravos e a República. Já os setores novos das elites agrário-mercantil-exportadoras se lançam para a modernização relativa do país e disputaram o poder com as elites tradicionais (Costa, 1999). O Brasil, paulatinamente, foi amadurecendo e ganhando envergadura política, que propiciou uma solidez em seu mercado de expansão econômica. Em meio a uma projeção de poder político e econômico na bastante assimétrica, muitos são os desafios que o país tem pela frente. É nesse contexto, quando se trata de países com menor valência de reconhecimento, que Thales Castro (2016) versa sobre a distribuição dos ativos do poder internacional, desdobrando-o, novamente, nas componentes econômico-financeira e militar. O autor reflete acerca das arbitrariedades desenvolvidas por parte das superpotências no contexto do sistema internacional moderno. Para ele, “no cenário internacional, observa-se a distribuição irregular e não uniforme dos ativos de poder aos Estados nacionais [...]” sendo que “[...] alguns Estados, por determinadas razões históricas, políticas, socioeconômicas e bélicas, possuem um acúmulo mais expressivo desses ativos” (Castro, 2016), em detrimento de uma maioria de Estados que possuem menos visibilidade e atuam, por vezes, mais como meros espectadores no contexto das Relações Internacionais do que realmente como atores modeladores.

A capacidade de o Brasil se projetar além do reconhecimento de soberania estatal no Século XIX, fez com que seu modelo econômico, formatado no setor agropecuário, abrisse portas e fosse aprimorado para sustentar uma demanda bastante considerável. Com a Revolução Industrial e a expansão do mercado internacional através da evolução no sistema de transportes, novas possibilidades para a agricultura brasileira foram abertas. O desenvolvimento da cultura cafeeira em Minas, Rio e São Paulo tornou urgente a solução de dois problemas interdependentes: o da mão-de-obra e o da propriedade da terra. A partir de 1850, novos tipos de investimentos com estradas de ferro, bancos, manufaturas e melhoramentos urbanos tornou cada vez menos produtiva a imobilização do capital em escravos. Com as transformações no processo de beneficiamento de café, de produção de açúcar, de charque e a melhoria dos meios de transporte, o trabalho livre foi amadurecendo e permitiu uma relativa racionalização do processo de produção, com maior viabilidade e se tornando aparentemente mais lucrativo para alguns setores (Costa, 1999). Ao contrário da diacronia ocorrida na ruptura com o período colonial, a decretação da República pelo Marechal alagoano Deodoro da Fonseca, em 15 de novembro de 1889, foi tida como data histórica e político-jurídico-diplomática como marco da criação da nova ordem estatal republicana. Assim, pode-se dizer que o Brasil, como Estado, trouxe prerrogativas privativas e inerentes à sua condição. Esse Estado, dotado de população permanente, território reconhecido, governo aceito e exercício de soberania interna e externa, representa a engrenagem central das Relações Internacionais. O exercício pleno e efetivo de soberania estatal implica no direito de decretar guerra e celebrar a paz com outros Estados. Implica-se, ainda, o direito de representação diplomática e consular, direito de celebrar tratados e de solicitar prestação jurisdicional em tribunais internacionais, além de representar e ser representado em instâncias multilaterais com exercício de voto, de voz e de agenda. Destaca-se, ainda, que o Brasil, perante o cenário internacional, tem atuado tanto na perspectiva bilateral (relações Brasil-Argentina, sino-brasileiras, por exemplo) e na dimensão multilateral a partir de sua admissão no respectivo organismo internacional (relações Brasil-ONU, Brasil-Mercosul, e

Brasil-OEA) com a formalização do reconhecimento com o posterior início das relações diplomáticas (expressão no direito de legação) entre Estados (Castro, 2016). Portanto, o Brasil goza das mesmas prerrogativas outorgadas aos demais países que manifestam seus interesses perante a comunidade internacional. Nos tempos atuais, o Brasil estabelece a soberania, em sua Constituição Federal atual como, seu principal fundamento como a soberania e rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, dentre outros, de independência nacional, mas de não-intervenção, priorizando a defesa da paz e solução pacífica de conflitos. Sua carta magna versa, ainda, que a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina para a formação de uma comunidade latino-americana de nações (Brasil, 1988), portanto com o objetivo de reforçar alianças, mas sem permitir que sejam coagidos a abrir mão de sua soberania. Em seu artigo 21, a carta assevera, ainda, que compete à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais e assegurar a defesa nacional. A política externa é exercida privativamente pelo Poder Executivo federal, cabendo ao Legislativo federal as tarefas de aprovação de tratados internacionais e de embaixadores que são designados pelo Presidente da República.

A Política Nacional de Defesa (PND) traz à tona características marcantes de nosso país, ao citar que este tem um papel de destaque no ambiente mundial, por ser o quinto maior em extensão territorial e figurar entre os dez países mais populosos do planeta. Estando entre as maiores economias do mundo e obtendo uma crescente projeção internacional, pode envolver-se em eventuais conflitos de interesses com atores de diversas naturezas. Relata a PND que, “no contexto da política exterior do Brasil, as relações diplomáticas, na perspectiva da Defesa Nacional, antecedem o uso da força, por intermédio da expressão militar, para a solução de contenciosos” (Brasil, 2016, p. 23). Nessa perspectiva, percebe-se que, muito embora tenha seus interesses em celebrar alianças e promover a paz e segurança internacionais, a postura brasileira detém traços de similitude com a Teoria Realista Neoclássica de Carr (1946) e Morgenthau (1948), quando demonstra certa fuga do idealismo e uma política entre as nações sem abandonar o auto-interesse. Tem-se a impressão de que o interesse político principal é continuar exercendo o poder com uma política governada por leis objetivas e percebe-se que os valores universais/morais não são influência para a atuação política do país.

Muitas são as maneiras de exercer os interesses estatais, e países com menor expressão política e militar obviamente largam atrás quando se trata de negociar vontades para colher benefícios, entretanto há sempre uma perspectiva dual na balança de poder e a dialética de vontades pode pender a favor de estratégias resultantes da vontade política (Beaufre, 1996). O Brasil é um exemplo de país que tem aumentado sua projeção de influência, especificamente nos assuntos ligados à economia agropecuária. Desde o seu estabelecimento como Estado, passo a passo, amadureceu sua postura perante o mundo com relações bilaterais que em muito agregaram para sua posição protagonista perante o entorno estratégico da América Latina. Através de uma política de governo segura e racional, sem influência de fatores abstratos e ideologias, o Brasil indica certa necessidade de autonomia na política internacional, mostrando sua independência e poder aos outros países. Tem buscado, ainda, a análise prática das causas/consequências das ações e decisões tomadas para facilitar alianças que sejam do interesse da nação. Assim, o país tem solucionado contendas em áreas específicas, tais como algodão, açúcar, gasolina, exportação de aviões e expandido sua presença na Ásia, África, Caribe e Leste Europeu. Além disso, tem atuado de forma atenciosa por meio da abertura de novas representações diplomáticas, com a instalação de Embaixadas em 18 países nos últimos seis anos e almeja ser incluído no grupo de países com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, atualmente limitado a cinco Estados: Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido. No próximo capítulo, pretende-se apresentar as características dessa pujante economia do setor agropecuário e como essas iniciativas tem agregado para que o Brasil faça valer o título de economia em plena ascensão.

AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE

De acordo com Lamas (2020), o Brasil hoje ocupa posição de destaque na produção de grãos, carnes, fibras, celulose, suco de laranja, dentre outros produtos agrícolas. Para continuar exercendo forte influência os mercados internacionais há um grande desafio pela frente, pois os compradores externos estão cada vez mais exigentes quanto ao modelo de produção utilizado no setor agropecuário. Lamas (2020) afirma que não adianta produzir mais, é preciso produzir com base sustentável. De acordo com o site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil⁶ (CNA), que é responsável por congrega associações e lideranças políticas e rurais em todo o país, “nos últimos 40 anos a produção agropecuária brasileira se desenvolveu de tal forma que o Brasil será o grande fornecedor de alimentos do futuro”. A Instituição afirma que temos, hoje, uma agricultura adaptada às regiões tropicais e uma legião de produtores rurais conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente aliadas à produção de alimentos. Revela, ainda, que o agronegócio tem tido um papel fundamental no crescimento econômico brasileiro. “Em 2019, a soma de bens e serviços gerados no agronegócio chegou a R\$ 1,55 trilhão ou 21,4% do PIB brasileiro. Dentre os segmentos, a maior parcela é do ramo agrícola, que corresponde a 68% desse valor (R\$ 1,06 trilhão), a pecuária corresponde a 32%, ou R\$ 494,8 bilhões”. (CNA, 2020). A figura 1, abaixo, demonstra como vem ocorrendo a disputa de faturamento exercida entre os diferentes insumos produzidos.



Fonte: CNA (2020) - Todos os direitos reservados

Fig. 1. Ranking dos maiores faturamentos de insumos no Brasil
Fonte: CNA (2020) - Todos os direitos reservados

Importante destacar, conforme matéria do CNA (2020), que os produtos do agronegócio representam 43% das exportações brasileiras no ano de 2019. Conforme figura 2, abaixo, revela a contribuição do agronegócio para o desempenho da economia desde 2008, demonstrando que o superávit comercial do agronegócio brasileiro tem superado e muito o déficit comercial dos demais setores da economia brasileira, além disso garantiu sucessivos superávits à Balança Comercial do país. O CNA (2020) revela, ainda, que mesmo com os desafios contemporâneos nos mercados interno e externo, houve um aumento significativo dos destinos e a diversidade de produtos exportados pelo agronegócio brasileiro. Conforme a figura 3, o Brasil já é o maior exportador de açúcar, café, suco de laranja, soja em grãos e carnes bovina e de frango; o terceiro maior de milho, e o quarto de carne suína. O país é, também, o maior produtor mundial de café e suco de laranja; o segundo na produção de açúcar, soja em grãos e de carnes bovina e de frango; e o terceiro na produção mundial de milho. A confederação registra, ainda, que o Brasil se encontra no quarto lugar mundial em exportação de produtos agropecuários, aproximadamente USD 96,9 bilhões, atrás apenas da União Europeia, EUA e China.

⁶Matéria Panorama Agro, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, publicado em Jun/2020 revelando as nuances da economia do agronegócio brasileiro.

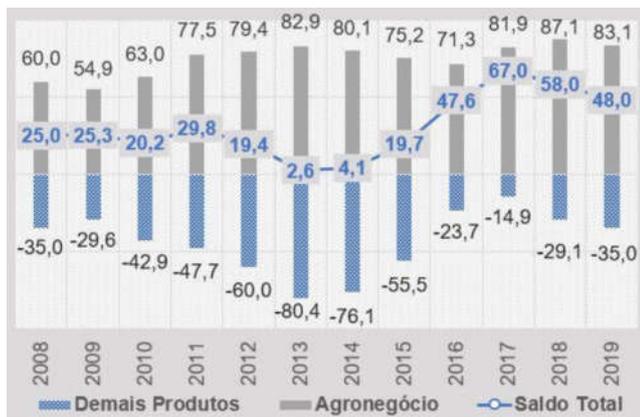


Fig. 2. Saldo da Balança Comercial Brasileira de 2008 a 2019 (em US\$ bilhões)

Fonte: Agro Stat/Mapa. Elaboração: CNA (2020) - Todos os direitos reservados



Fig. 3. Produção e Exportações brasileiras no Ranking Mundial em 2019. Fonte: USDA (2020). Elaboração: CNA (2020) - Todos os direitos reservados

O Agro tem contribuído no enfrentamento dos efeitos econômicos da pandemia, onde através do abastecimento interno, apresentou crescimento de 1,9% do PIB no primeiro trimestre de 2020, frente ao mesmo período no ano de 2019. Na esteira de turbulências de críticas ao desmatamento, o Governo Brasileiro preparou uma “agenda estratégica” para agricultura sustentável, onde um Grupo formado por treze unidades do MAPA definiu metas e planos de ações para sustentabilidade da pesca e da agropecuária no país. A agenda pretendeu “desenhar cenários de médio e longo prazo que permitam o alcance das metas a serem atingidas até 2030 e perspectivas de inovação do setor para 2050” e “elaborar cronograma para implementação da Agenda de Inovação para Sustentabilidade da Agropecuária” (Brasil, 2021a). Além disso, vislumbra-se um engajamento profundo da agenda Agro no Brasil, tais como as iniciativas a seguir:

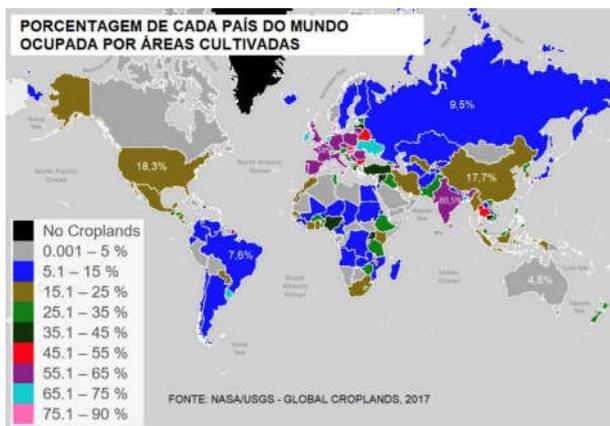
Títulos Verdes: O Brasil conta com um plano de atuação que implica na utilização de práticas sustentáveis, tais como o que fora implantado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Ministério do Meio Ambiente, ao lançar o Plano de Investimento para Agricultura Sustentável, mercado impulsionado pelos sucessivos aumentos de produção e produtividade, obtidos a partir da utilização de modernas tecnologias e práticas sustentáveis no campo. A avaliação consta no Plano de Investimento para Agricultura Sustentável com medidas que têm tornado a agropecuária brasileira uma das mais sustentáveis do mundo. Os aumentos sucessivos de produção e produtividade tem ocorrido com a utilização de modernas tecnologias e práticas sustentáveis no campo para impulsionar o mercado de títulos verdes no Brasil (Brasil, 2020). A fim de responder à demanda global por alimentos, fibras e energias renováveis, a agropecuária brasileira pretende agregar um grande volume de recursos. Com a necessidade anual de US\$ 100 bilhões somente para giro, sem contar os demais investimentos em outros elos da cadeia produtiva, como produção de insumos, logística, comercialização, armazenagem e industrialização, os títulos verdes são importante ferramenta de financiamento do setor. (Brasil, 2021b).

Baixa emissão de carbono: O Brasil possui diferentes tecnologias para redução da emissão de gases de efeito estufa, com políticas públicas que incentivam a produção agrícola, pecuária e florestal em bases sustentáveis, como podemos citar o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC), coordenado pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), executado pela Embrapa e pelo Senar. O Governo Federal criou no mês de julho de 2020, a Comissão Executiva Nacional com o objetivo de estimular a agricultura de baixo carbono (Brasil, 2021d). Com a agricultura sustentável, o governo instituiu um sistema para monitorar a Agricultura de Baixo Carbono 2021/2030, através de uma medida que reforça compromissos para minimizar os efeitos das mudanças climáticas, avançando no monitoramento e adoção das tecnologias para o novo Plano ABC. O Governo Federal publicou o Decreto nº 10.606, em 22/01/2021, que institui o Sistema Integrado de Informações do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (SIN-ABC), assim como o Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Setorial para consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (CTAB). Será possível monitorar o novo Plano ABC, que incorporará novas tecnologias e orientações para o crescimento da agricultura de baixa emissão de carbono no país (Brasil, 2021e). Isso possibilitou resultados positivos e quase 50 milhões de hectares em todo o país já adotaram tecnologias determinadas pelo plano: integração lavoura-pecuária-floresta, plantio direto e fixação biológica de nitrogênio. Com essa medida, o volume de financiamento para a agricultura sustentável ultrapassa R\$ 20,8 bilhões e já existem mais de 26,8 milhões de hectares de pastagens degradadas recuperadas (Brasil, 2021e).

Desenvolvimento da certificação “carne carbono neutro.”O setor agropecuário brasileiro tem agido com iniciativas que visam promover a qualidade da carne de gado comercializada. De acordo com matéria publicada no website do Ministério da Agricultura, os produtos exibem o certificado e se encontram disponíveis nos supermercados brasileiros. Neste caso, o gado é criado com manejo adequado das pastagens e em áreas com árvores plantadas (integração lavoura-pecuária-floresta). Com isso, neutralizam o metano exalado pelos animais, além de conferir maior bem-estar animal (Brasil, 2021c). Com a produção em áreas degradadas e sem a necessidade da abertura de novas áreas para a preservação de 66% da vegetação nativa nacional, ocorre a utilização de tecnologias de sustentabilidade desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para a criação de animais sadios a partir de sistemas de Integração-Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF). A Embrapa, os institutos de pesquisa, as universidades e as fundações de pesquisa desenvolveram esses sistemas capazes de melhorar a produtividade da pecuária bem como de grãos e fibras, além de diversificar a fonte de renda como o plantio de espécies florestais, através da ILPF, podendo em uma mesma área cultivar soja, pastagem e floresta, embora seja possível a utilização de sistemas mais simples como a Integração Lavoura Pecuária (ILP). Ressalta, ainda, que quando se utiliza o ILPF ou o ILP, a produtividade de carne é significativamente aumentada e ainda possibilita a produção de grãos, caracterizando-se como um sistema de intensificação sustentável. É possível aumentar a produção de carne, sem aumentar o rebanho, liberando áreas para a agricultura e reduzindo a emissão de CO₂. (Brasil, 2021d).

Preservação da Vegetação Nativa: O forte engajamento dos produtores rurais brasileiros implicou em uma agenda de uso racional da água e a consequente conservação das matas ciliares, das nascentes em propriedades privadas. O objetivo é manter a qualidade da água e preservar a biodiversidade do planeta através do forte engajamento dos produtores rurais brasileiros com a agenda de uso racional desse ativo. Com isso, vislumbra-se a preservação de 20% do território nacional, a conservação dos recursos hídricos através da proteção das margens de rios e da preservação da vegetação nativa de suas áreas. Assim, 90% da produção brasileira vêm do aproveitamento de águas das chuvas. O Brasil apresenta condições diferentes por ser um país continental e está entre os 10 países com maior área irrigada no mundo. São 7 milhões de hectares irrigados, mas que corresponde a apenas 10% da área plantada (ANA, 2021). Preservação das

Florestas: estudos da agência espacial dos Estados Unidos (NASA) confirmaram em 2017, com base no satélite Landsat 8, os números da EMBRAPA que indicam que o Brasil possui 7,6% de seu território com lavouras, somando 63.994.479 hectares. O país protege e preserva a vegetação nativa em mais de 66% de seu território e cultiva apenas 7,6% das terras. Ao contrário disso, a Dinamarca cultiva 76,8%, dez vezes mais que o Brasil; a Irlanda, 74,7%; os Países Baixos, 66,2%; o Reino Unido 63,9%; e a Alemanha 56,9% (Brasil, 2017). O Brasil tem uma pequena área cultivada de 0,3 hectare por habitante, portanto situa-se na faixa entre 0,26 a 0,50 hectare por habitante. Esse é o caso dos países como África do Sul, Finlândia, Mongólia, Irã, Suécia, Chile, Laos, Níger, Chade e México. Ao contrário disso, as áreas cultivadas variam de 0,01 hectare por habitante em países como Arábia Saudita, Peru, Japão, Coreia do Sul e Mauritània e até mais de 3 hectares por habitante no Canadá, Península Ibérica, Rússia e Austrália. Os europeus desmataram e exploraram intensamente o seu território. Relata, ainda, que a Europa, sem a Rússia, detinha mais de 7% das florestas originais do planeta e hoje tem apenas 0,1%. “A soma da área cultivada da França (31.795.512 hectares) com a da Espanha (31.786.945 hectares) equivale à cultivada no Brasil (63.994.709 hectares)”, explica o especialista (Brasil, 2017). Nas figuras 4 e 5, a EMBRAPA apresenta dados onde se percebe que a maior parte dos países utiliza entre 20% e 30% do território com agricultura. Os da União Europeia usam entre 45% e 65%. Os Estados Unidos, 18,3%; a China, 17,7%; e a Índia, 60,5%. As maiores áreas cultivadas do mundo estão na Índia (179,8 milhões de hectares), nos Estados Unidos (167,8 milhões de hectares), na China (165,2 milhões de hectares) e na Rússia (155,8 milhões de hectares). Esses quatro países possuem 36% da área cultivada do mundo. O Brasil ocupa o 5º lugar, seguido pelo Canadá, Argentina, Indonésia, Austrália e México. (Brasil, 2017).



Fonte: NASA; USGS (2017) - Todos os direitos reservados

Fig. 4. Mapa de porcentagem de cada país do mundo ocupada por áreas cultivadas

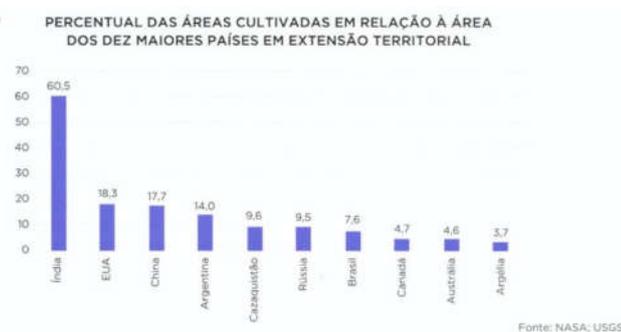


Fig. 5. Porcentagem de cada país do mundo ocupada por áreas cultivadas

Fonte: NASA; USGS (2017) - Todos os direitos reservados

CRÍTICAS AO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA: O Brasil, desde suas origens, revelou-se com uma economia extrativista e

posteriormente passou por ciclos importantes como: o ciclo do pau-brasil, do açúcar, do ouro, do algodão, da borracha e do café. Ao longo dos anos, o Brasil tem ocupado um papel de destaque na economia global e, apesar de o conceito de Estado ter sido arraigado ainda na Constituição de 1824, somente na década de 1990 o país tornou-se mais participativo no processo de globalização, momento no qual essa passou a ter um maior impacto na economia brasileira.

Em um segundo momento, através da industrialização, ainda que de forma tardia, ocorreu a consolidação do centro econômico do país no estado de São Paulo. Segundo os historiadores, o processo de industrialização ocorreu tardiamente no Brasil. Com o aumento das tarifas de importação, empresas têxteis apresentaram-se no cenário nacional. Assim, o país passou a incentivar a produção, fornecendo isenção de taxas na importação de maquinário e matéria-prima. Surgiu ali o primeiro período de desenvolvimento industrial de couro, sabão, têxteis, vestuário, cerveja, fundição e vidro. A economia do Brasil do século XX era uma economia primária agroexportadora, transformada por mudanças estruturais importantes. O país viveu a transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrializada, em um curto espaço de tempo. O Brasil foi considerado um dos principais exportadores de açúcar, ouro e café, como produtos primários e tendo o fumo, algodão e o cacau como secundários. De acordo com relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), organização internacional criada em 1944 na Conferência de Bretton Woods para ajudar na reconstrução do sistema monetário internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil apresenta sinais de recuperação no presente ano e o PIB deve crescer 5,3% ainda em 2021. Além disso, as exportações cresceram 36%, respondendo positivamente ao novo cenário de retomada da economia mundial (FMI, 2021). Mesmo com o cenário da pandemia, a retomada estima manter o país na vanguarda dos países da América Latina, conforme figura 6 (Portal da Indústria, 2021).

Latest World Economic Outlook Update Growth Projections

(real GDP, annual percent change)	PROJECTIONS		
	2020	2021	2022
World Output	-3.2	6.0	4.9
Advanced Economies	-4.6	5.6	4.4
United States	-3.5	7.0	4.9
Euro Area	-6.5	4.6	4.3
Germany	-4.8	3.6	4.1
France	-8.0	5.8	4.2
Italy	-8.9	4.9	4.2
Spain	-10.8	6.2	5.8
Japan	-4.7	2.8	3.0
United Kingdom	-9.8	7.0	4.8
Canada	-5.3	6.3	4.5
Other Advanced Economies	-2.0	4.9	3.6
Emerging Market and Developing Economies	-2.1	6.3	5.2
Emerging and Developing Asia	-0.9	7.5	6.4
China	2.3	8.1	5.7
India	-7.3	9.5	8.5
ASEAN-5	-3.4	4.3	6.3
Emerging and Developing Europe	-2.0	4.9	3.6
Russia	-3.0	4.4	3.1
Latin America and the Caribbean	-7.0	5.8	3.2
Brazil	-4.1	5.3	1.9
Mexico	-8.3	6.3	4.2
Middle East and Central Asia	-2.6	4.0	3.7
Saudi Arabia	-4.1	2.4	4.8
Sub-Saharan Africa	-1.8	3.4	4.1
Nigeria	-1.8	2.5	2.6
South Africa	-7.0	4.0	2.2
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	-2.3	6.5	5.2
Low-Income Developing Countries	0.2	3.9	5.5

Source: IMF, World Economic Outlook Update, July 2021

Note: For India, data and forecasts are presented on a fiscal year basis, with FY 2020/2021 starting in April 2020. For the July 2021 WEO, India's growth projections are 8.6 percent in 2021 and 8.3 percent in 2022 based on calendar year.

INTERNATIONAL MONETARY FUND

IMF.org

Fig. 6. Últimas projeções de crescimento do World Economic Outlook; Fonte: IMF.org (2021) - Todos os direitos reservados

Todo este cenário chama a atenção de potências mundiais, e eventualmente o balanço de poder traz consigo narrativas endossadas com elementos críticos para exercer influência. Países tem interesses, e estes são mutáveis, conforme indica o Realismo Clássico. Recentemente, em 13 de janeiro de 2021, o site da Rede CNN Brasil noticiou que o presidente da França, Emanuel Macron, afirmou que: “continuar a depender da soja brasileira seria ser conivente com o desmatamento da Amazônia” (CNN Brasil, 2021). Além disso, o site afirmou que, no vídeo publicado em sua conta oficial no Twitter, o presidente francês fala em “não depender mais” da soja brasileira e produzir o grão na Europa. “Nós somos coerentes com nossas ambições ecológicas, estamos lutando para produzir soja na Europa”, disse (CNN Brasil, 2021). O Governo Brasileiro emitiu nota oficial através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e ressaltou que a legislação ambiental brasileira é uma das mais “rigorosas” do mundo. Relatou a utilização, no Brasil, de “tecnologias reconhecidas que ampliaram a sustentabilidade de sua produção agropecuária” e que “toda a produção nacional tem controle de origem. A soja brasileira, portanto, não exporta desmatamento”, de acordo com a pasta. Afirmou, ainda, que o Brasil “detém domínio tecnológico para dobrar a atual produção com sustentabilidade, seja em áreas já utilizadas, seja recuperando pastagens degradadas, não necessitando de novas áreas”. A nota oficial citou, ainda, a condição do País de maior produtor e exportador de soja do mundo, responsável por abastecer mais de 50 países com grãos, farelo e óleo (CNN Brasil, 2021). A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) lamentou que o presidente da França, Emmanuel Macron, busque justificar sua decisão de subsidiar os agricultores franceses atacando a soja brasileira. Afirmou que o presidente deveria ser claro com a opinião pública de que é uma decisão protecionista embalada em argumentos verdes. Disse, ainda, que o presidente Macron não estava bem informado sobre a soja brasileira. Por fim, afirmou que a soja produzida no bioma amazônico do Brasil era livre de desmatamento desde 2008 (Abiove, 2021).

DISCUSSÃO

O presente trabalho buscou investigar a evolução epistemológica das relações entre Brasil e França, buscando elencar os principais choques de interesse desses dois atores do SI e as evidências substanciais de como o Brasil alcançou o papel de destaque na economia mundial através do setor agropecuário desde o período colonial até o seu apogeu como potência exportadora. A ênfase maior, foi dada à análise do posicionamento brasileiro em relação às críticas sofridas quanto ao desmatamento na região amazônica, posicionando a importância do bioma no contexto do comércio e das relações internacionais. A análise procurou evidenciar substancialmente como as respostas dadas pelo governo brasileiro diante da problemática podem influenciar a tomada de decisão estratégica na ascensão política e econômica de diversos países em relação ao Brasil. Tais respostas seguiram no tom de atitudes concretas do país para comunicar os esforços realizados na busca de sustentabilidade e preservação da fauna e da flora. Preliminarmente, contextualizando o histórico das Relações Internacionais, buscou-se trazer uma visão holística das relações internacionais, a fim de entender melhor de que forma as principais potências do Globo influenciam e são influenciadas, neste emaranhado de networks, que compõe este Sistema e de que forma este vem sendo constantemente disputado pela ação de grupos estatais e não-estatais.

À luz da Teoria das RI e da evolução da guerra, sendo esta uma mera extensão da política por outros meios (Clausewitz, 2007), o estudo seguiu amparado pelas ideias de teóricos clássicos como Clausewitz e Hobbes, chegando a Morgenthau, Nye e Kant, além de estudiosos da evolução dos conflitos armados, como um dos comportamentos mais primitivos da história das civilizações. O Brasil não é indiferente a esses princípios e adota uma postura de acordo com seus interesses. Diante do jogo de poder perante as nações, a manutenção do *status quo* é fundamental para reforçar alianças e consolidar poder. Buscou-se, assim, explorar as formas de se exercer o poder no SI, em especial, objetivando definir padrões de interação entre os entes componentes

deste sistema ao longo dos anos. Sequencialmente, explora-se a relação entre essas formas, objetivando definir padrões de interação ocorridos ao longo dos tempos, especialmente após a Paz de Westfália e o surgimento do sistema internacional moderno, com sua consequente evolução no período pós-Guerra Fria diante dos novos modelos neoliberais. Constata-se, portanto, que o desenvolvimento do poder econômico existe para proteger o próprio poder em si, outrora elevado a um nível capaz de confrontar os interesses políticos, funcionando, também, como força de aporte para a consolidação de outras componentes do poder internacional que, por fim, também se tornarão aptas a defender os interesses nacionais, como por exemplo a força militar. Diante da projeção assimétrica de poder econômico e militar, alguns estudiosos intitulam certos países e grupos como “centros de poder mundial”. Tal conceito evoluiu ao longo do tempo e reflete os acontecimentos do cenário global do período pós-Guerra Fria até a década atual. Os centros de poder foram concretizados à medida que a junção do potencial econômico e bélico favoreceu a ascensão de grupos poderosos, os quais “dominaram” os Estados desprovidos de tais capacidades. Diante de toda a análise histórica e econômica citada, pode-se entender que o domínio econômico e militar evoluiu ao longo dos séculos e diversas situações favoreceram determinados Estados no cenário internacional. Posicionamentos ideológicos e culturais (*soft power*) e ações coercitivas (*hard power*), aliadas às mudanças nos cenários comercial, político e econômico, possibilitaram a emersão de algumas potências.

Ao observar o contexto das relações internacionais no período pós-Guerra Fria, constata-se, também, uma continuidade do viés realista. Estados considerados superiores exercem sua hegemonia em detrimento de uma maioria de Estados que possuem menos visibilidade e range de atuação. Diante da constatação de influência econômica e política dos países considerados centro de poder mundial no restante do globo, coube posicionar o Brasil diante deste contexto. A partir do entendimento das implicações das Teorias das Relações Internacionais, é importante considerar que, enquanto a França atingia o apogeu de sua influência ao redor do Mundo Ocidental, com forte ascensão de seu império, o Brasil ainda era uma colônia portuguesa. Destarte, quase 300 anos antes de se considerar um Estado independente, o Brasil foi assolado por sucessivas investidas francesas no litoral nordestino e carioca. Seguindo o curso da história, a política brasileira foi moldada sobre os pilares da atividade agrária, com base no sistema escravista de produção e focado na exploração e exportação das riquezas do território. Gradativamente, o Brasil percebeu o surgimento de vertentes liberais e conservadoras que alternaram o poder e possibilitaram a evolução das atividades agrário-mercantil, focadas na modernização do país. Apesar da assimetria de poder entre Brasil e França já constatada no século XIX, o Brasil atingiu um aprimoramento político e econômico considerável no cenário internacional. A elevação dos investimentos em estruturas internas permitiu a racionalização do processo de produção, aumento e uma possibilidade de projeção econômica do Brasil no cenário internacional. A partir da Proclamação da República fica clara a intenção do Brasil de defender sua soberania e manter um posicionamento internacional coeso e participativo. As relações diplomáticas passaram a fazer parte das estratégias de crescimento econômico e político do país, buscando uma integração com o SI e evoluindo significativamente suas tratativas sobre a política externa do governo brasileiro. Posteriormente, a Liga das Nações viria a demonstrar a diferença de visão entre os dois países, principalmente nos interesses em voga. O Brasil focou em defender seus interesses por meio de uma cooperação que o favorecesse nas relações com os demais Estados, até que na Segunda Guerra Mundial engajou seus esforços juntos aos Aliados, em troca de benefícios econômicos que incluíram a ajuda norte-americana para a construção de nossa indústria siderúrgica. Na tensão da chamada “Guerra da Lagosta” em 1960, o Brasil adotou uma postura apropriada após navios franceses serem flagrados, pela Marinha do Brasil, pescando no litoral brasileiro sem licença, chegando a mobilizar recursos para solucionar a crise. Mais uma vez, verifica-se outro marco de instabilidade na relação Brasil-França, mas que não veio a evoluir. Mais tarde, não fosse pela renúncia de Jânio Quadros, outra crise teria sido instalada

em 1961 em um plano envolvendo o então governador do Amapá, Moura Cavalcanti, para a invasão e anexação da Guiana Francesa.

Os documentos de defesa nacional mostram a necessidade do posicionamento do poder brasileiro no contexto global ao longo dos anos, visto ser o quinto maior país em extensão territorial e figurar entre os dez mais populosos do mundo. Nas últimas décadas o país tem participado ativamente do Mercosul e da Unasul, sendo considerado uma das potências político-econômicas de maior representatividade da América do Sul. Após a constatação do modo de evolução econômica do Brasil, inicialmente baseado em uma economia escravista, exploratória e focada na exploração, e sua evolução no cenário internacional, esse artigo trouxe à tona as críticas sobre o desmatamento lançadas pelo presidente da França. A este fato em particular, o Governo brasileiro respondeu de imediato através de nota oficial à altura do setor agrícola brasileiro.

A partir de uma breve análise de nosso panorama enquanto Estado, é de suma importância observar que em nosso país vigoram ordenamentos jurídicos, que perpassam nosso entendimento enquanto agentes de transformação e que são a base sólida de entendimento perante outras nações. A Constituição Federal em seu artigo 4º versa que a República Federativa do Brasil é regida por princípios, dentre outros, de independência nacional, de não-intervenção, de defesa da paz e solução pacífica de conflitos. Ressalta-se, ainda do parágrafo único do mesmo artigo que: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (Brasil, 1988). No discurso de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, tanto em 2021 quanto em 2022, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, ainda que alicerçando sua fala em torno de um ambiente de cooperação, fez questão de reforçar sua atenção aos interesses nacionais tipicamente quando o assunto é o agronegócio e a preservação do meio ambiente. O Presidente asseverou a tolerância zero com crimes ambientais e pontuou que o Brasil é líder em conservação de florestas tropicais com a matriz energética mais limpa e diversificada do mundo. Disse, ainda, que “o País está ampliando e aperfeiçoando o emprego de tecnologias e aprimorando as operações interagências, contando, inclusive, com a participação das Forças Armadas” (Bolsonaro, 2021). Como é sabido, o Brasil tem uma participação maciça na exportação de grãos e sua matriz agropecuária demonstra uma força de exportação digna de exemplo para o mundo. Em um momento de reiteradas críticas externas ao modo como é conduzida nossa produção agrícola e pecuária, faz-se oportuno mencionar que a postura das autoridades traduzem a maneira de defender os interesses nacionais e remontam a ideia de que o Estado forte e em prol de seus interesses entende que, mesmo sendo incorporador de alianças em Organismos Internacionais, não abre mão de ser livre de intervenções alheias. Trata-se do setor produtivo mais moderno do planeta, composto por pessoas que vem transformando a economia brasileira. O Agro brasileiro reduziu drasticamente o preço da alimentação e proporcionou a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população nas cidades e no campo, liberando seu poder de compra para bens produzidos pela indústria e pelo setor de serviços. Paralelo a isso, expandiu o comércio para o mundo, conquistou outros mercados e gerou superávits de câmbio que levaram a economia brasileira a outro patamar. Assim, foi notória a capacidade que o Brasil teve de se encaixar em modelos de produção e modais de distribuição, sendo um celeiro para o mundo. Deu, ainda, exemplo de sustentabilidade e lançou programas pioneiros de aumentos sucessivos de produção e produtividade com a utilização de modernas tecnologias e práticas sustentáveis no campo, de modo a alavancar o mercado de títulos verdes. Além disso, produziu meios de baixar estrondosamente a emissão de carbono através da criação de gado com manejo adequado das pastagens e em áreas com árvores plantadas (integração lavoura-pecuária-floresta). A Preservação da vegetação nativa em margens de rios e nascentes no Brasil mantém a qualidade da água e preserva, também, a biodiversidade do planeta. As florestas têm um cuidado especial e são exemplo para o mundo, principalmente quando se trata da mata nativa.

Endossado por estudos da agência espacial dos Estados Unidos (NASA) em 2017, com base no satélite Landsat 8, os números da Embrapa que indicam que o Brasil possui 7,6% de seu território com lavouras, somando 63.994.479 hectares. Além disso, o país protege e preserva a vegetação nativa em mais de 66% de seu território e cultiva apenas 7,6% das terras, o contrário do que acontece na Europa. Os europeus desmataram e exploraram intensamente o seu território, segundo esse estudo. A Europa, sem a Rússia, detinha mais de 7% das florestas originais do planeta e hoje tem apenas 0,1%. Conforme especialistas da EMPRAPA, “A soma da área cultivada da França (31.795.512 hectares) com a da Espanha (31.786.945 hectares) equivale à cultivada no Brasil (63.994.709 hectares) (Brasil, 2017). Assim, de uma forma maciça, o Brasil confortavelmente se coloca como um celeiro para o mundo, e respondeu às críticas do presidente francês de maneira extraordinária, respeitando os princípios de sua Constituição Federal de não intervenção e na busca de preservar interesses. Ao passo que se colocou contra a narrativa de que seria um país de altas taxas de desmatamento, exibiu ao mundo suas capacidades de sustentabilidade e apregou uma pujante capacidade de exportar sua matriz agropecuária. O presente trabalho possui implicações em diferentes segmentos de pesquisa, tais como: (i) cooperativas agrícolas e de crédito (Dias, 2019; 2019b; Dias, M.; Silva, C.; Lund, M., 2019; Dias & Teles, 2019; Dalacosta, R.; Dias, M.; Meirelles, M., 2019; Dias, M.; Craveiro, F., 2019; Dias and Teles, 2018; Dias, M.; Krein, J.; Streh, E.; Vilhena, J. B., 2018); (ii) Project management (Lopes, R; Dias, M; Qualharini, E., 2021); (iii) contract management (Dias, Murillo; Waltz, Flavio; Oliveira, Barbara. Y., 2021), para citar alguns. Por fim, todas as informações apresentadas ao longo deste trabalho podem servir de subsídio para estudos futuros e buscar uma compreensão ainda mais aprofundada entre as teorias de RI e suas implicações junto aos interesses dos atores estatais, como forma de ocorrer a projeção de capacidades políticas e econômicas.

CONCLUSÃO

O presente trabalho constatou que países buscam o fortalecimento de sua política e economia, para isso não abrem mão de manter o *status quo* de suas posições em relação aos interesses que detêm. Ao longo de centenas de anos, as relações entre esses atores foram marcadas por características que unem determinadas posturas seja através do Realismo e suas correntes, seja pela maneira de tratar questões como o faz o Idealismo. Desde os tempos mais remotos, percebeu-se que o reconhecimento de soberanias múltiplas, embora não simples de ser alcançado, passou a vigorar ao longo dos anos com mais propriedade. Percebeu-se que, no curso dos tempos, mesmo que este reconhecimento tenha vindo e sido cada vez mais reforçado, o tom da ameaça para manter um *status quo* robusto e influente, ou mesmo liderar relações de confiança entre Estados, foi absolutamente marcado por uma assimetria de poder. Se ontem, o ambiente multifacetado da economia e do poder militar ditava a cadência das relações e pautava quem mandava e quem obedecia, muito mais agora o faz a guerra, mera extensão da política por outros meios (Clausewitz, 2007). Além disso, o custo para isso é inumerável e avançam aqueles entes estatais que estão mais preparados em sua agenda econômica, que ganha realce na medida em que permite um maior protecionismo diante de quaisquer ameaças. O Brasil, visando os seus interesses, sabe que o agronegócio impulsiona grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) e como forma de se impor às críticas que vem recebendo de países concorrentes nessa modalidade, reforça sua postura frente à OMC. Em um mundo contemporâneo dominado por narrativas e fortemente influenciado por Organizações Internacionais, seria ingenuidade não adotar uma política externa pautada na soberania da Nação, utilizando de maneira racional as Organizações Internacionais que já existem para atingir os objetivos nacionais e dominar a narrativa de interesse. Traços que remontam ao Realismo Neoclássico pela maneira de se posicionar no Sistema Internacional, através de leis objetivas, moldando seus interesses de acordo com a política que atenda sua hegemonia, principalmente a econômica, tem moldado o posicionamento do país, como ocorreu na resposta às críticas externas quanto ao desmatamento da Amazônia e nos discursos de seus representantes oficiais, como na abertura da

Assembleia Geral das Nações Unidas nos anos de 2020 e 2021. O fortalecimento de políticas de Estado de longo prazo, independentes de ideologias e visando o crescimento sustentável da Nação e o bem estar social de seus nacionais tem favorecido o posicionamento do Brasil perante às críticas sofridas de países europeus, como ocorreu com a França. A adoção de uma política externa forte no entorno estratégico, reforça a posição do Brasil como líder regional e *player* mundial em suas áreas de domínio como o agronegócio e o meio ambiente. Por outro lado, a política de acordos bilaterais objetivos e focados no cumprimento da estratégia nacional, esvaziam o poder de Organizações controladas por adversários brasileiros. Finalmente, entendeu-se, com esse estudo, que a adoção de posturas firmes como a do Brasil perante as críticas sofridas quanto ao desmatamento propiciaram uma consolidação pujante e cada vez maior de sua economia, sobretudo no setor agropecuário. Assim, à luz do Realismo Neoclássico, percebeu-se que a ação do Brasil visou manter seus interesses de continuar a ser um celeiro deste prisma econômico para o mundo. Para pesquisas futuras, faz-se mister buscar uma investigação de novos modelos na relação entre países a fim de buscar uma verificação mais aprofundada que ratifique ou não a assimetria de poder nas Relações Internacionais e como essa postura se traduz na prática por países em desenvolvimento que desejam manter seus interesses no Sistema Internacional.

REFERÊNCIAS

- Almeida, Paulo Roberto de 2001. A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 44, n. 1, p. 112–136, jun. 2001.
- Beaufre, A. 2016 Introduction to strategy. [S.l.]: BIBLIEX COOPERATIVA, 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=NfHamwEACAAJ>.
- Bueno, Eduardo 2013. Brasil, uma história. *Editora Leya*; ; 1ª edição 1 janeiro 2013. Lisboa, Portugal.
- Brasil 1998 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09/08/2021.
- Brasil 2016. Ministério da Defesa 2016. Política Nacional de Defesa. [S.l.]: Brasília, DF. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_pdf. EM interministerial. Acesso em: 07/09/2021.
- Brasil 2017. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. NASA confirma dados da Embrapa sobre área plantada no Brasil. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30972114/nasa-confirma-dados-da-embrapa-sobre-area-plantada-no-brasil> Acesso em: 07/09/2021
- Brasil 2020. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Ministério lança Plano de Investimento para Agricultura Sustentável. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/06/ministerio-lanca-plano-de-investimento-para-agricultura-sustentavel> Acesso em: 07/09/2021
- Brasil 2021a. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Agenda Estratégica para a Agricultura Sustentável no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Portaria Mapa nº 26, de 27 de janeiro de 2021. Disponível em: Acesso em: 02/09/2021.
- Brasil 2021b. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Agro brasileiro é boa alternativa para investimento em títulos verdes Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/agro-brasileiro-e-boa-alternativa-para-investimento-em-titulos-verdes-diz-ministra> Acesso em: 07/09/2021
- Brasil 2021c. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto nº 10.606, de 22 de Janeiro de 2021. Sistema Integrado de Informações do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura e o Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.606-de-22-de-janeiro-de-2021-300384087>. Acesso em: 03/09/2021.
- Brasil 2021d. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Agricultura de Baixa Emissão de Carbono: tecnologias disponíveis. Agricultura de Baixo Carbono. *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55203563/artigo---agricultura-de-baixa-emissao-de-carbono-tecnologias-disponiveis> Acesso em: 03/09/2021.
- Brasil 2021e. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Governo institui sistema para monitorar Plano ABC 2021/2030. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2021/01/governo-institui-sistema-para-monitorar-plano-abc-2021-2030> Acesso em: 07/09/2021
- Carr, E. H. 1981. The twenty years crisis 1919-1939. Londres: Macmillan Press, 1981.
- Castro, Thalles 2016. Teoria das Relações Internacionais. *Fundação Alexandre de Gusmão*. Brasília, 2016. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1152-Teoria_das_Relacoes_Internacionais-novo.pdf. Acesso: 01/09/2021
- CNA 2021. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Panorama Agro*. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro#_ftn1 Acesso em: 03/09/2021.
- Costa, Emília Viotti da 1999. Da Monarquia à República: momentos decisivos/Emília Viotti da Costa. – 6.ed. – São Paulo: *Fundação Editora da UNESP*, 1999. Biblioteca básica. ISBN 85-7139-232-3
- Clausewitz, Carl Von 2017. Da Guerra. *Editora: WMF Martins Fontes*; 3ª edição 1 janeiro 2010. São Paulo-SP.
- Dearo, Guilherme 2016. Os 20 países com os maiores gastos militares do mundo. *Revista Exame*, set. 2016. Disponível em: <https://exame.com/mundo/os-20-paises-com-os-maiores-gastos-militares-do-mundo/> Acesso em: 31/08/2021.
- Dias, M. 2019. Current Facts on Brazilian Cooperative Societies. *Global Scientific Journals*, 79, 624-633. doi: 10.13140/RG.2.2.26553.72808
- Dias, M. 2019b. New Structure on Cooperative Societies in Brazil: *International Journal of Management, Technology and Engineering*, 98, 202-214. doi:16.10089/IJMTE.2019.V9I8.19.29123
- Dias, M.; Teles, A. 2018. Agriculture Cooperatives in Brazil and the Importance for The Economic Development. *International Journal of Business Research and Management*, 92, 72-81. doi: 10.6084/m9.figshare.7832354
- Dias, M.; Krein, J.; Streh, E.; Vilhena, J. B. 2018 Agriculture Cooperatives in Brazil: Cotribá Case. *International Journal of Management, Technology and Engineering*, 812. doi:16.10089.IJMTE.2018.V8I12.17.2243
- Dias, M.; Silva, Cleber A.; Lund, Myrian 2019 Brazilian Credit Cooperatives: Cresol Confederation Case. *IOSR Journal of Business and Management*, 215, 11-19. doi: 10.9790/487X-2105051119
- Dias, M.; Teles, A. 2019. A Comprehensive Overview of Brazilian Legislation on Credit Cooperatives. *Global Journal of Politics and Law Research*, 74, 1-12. doi: 10.13140/RG.2.2.25054.28488
- Dalacosta, R.; Dias, M.; Meirelles, M. 2019. The Process of Institutionalization of Training Practices: Brazilian Case on Credit Cooperative Cresol Baser. *International Journal of Management, Technology and Engineering*, 94, 2915-2929. doi: 16.10089. IJMTE/2019.V9I4.19.27369
- Dias, M.; Craveiro, F. M. 2019. Brazilian Agriculture Cooperative: Vinicola Aurora Case. *International Journal of Management, Technology and Engineering*, 93, 2551-2561. doi: 16.10089.IJMTE/2019.V9I3.19.27743
- Eichengreen, B.; TONG, H 2006. How China is Reorganizing the World Economy. *Asian Economic Policy Review*, v. 1, n. 1, p. 73–97, jun. 2006.

- E. Nesma, A. A. Hany, H. A. E. Mohammed, and Mohammed M. Y. 2010. "Red Palm Olein: Characterization and Utilization in Formulating Novel Functional Biscuits," *J Am Oil Chem Soc*, vol. 87, pp. 295-304, 2010.
- Goldstein & Pevehouse 2014. *International Relations*. Harlow: Pearson Education Limited, 2014.
- Hobbes, Thomas 2003. *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Jonathan, Marcus 2018. Como a China se tornou uma potência militar global. BBC, News Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43101604>. Acesso em: 16/03/2021.
- Kritsch, Raquel 2002. *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002.
- Lessa, A. C 2000. Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil de 1945 a nossos dias. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n. 2, p. 28-58, dez. 2000.
- Lopes, R; Dias, M; Qualharini, E. 2021 Competitive Strategies with BSC and Project Portfolio Management: A Conceptual Model. *Global Scientific Journal*, 98, 676-685. doi: 10.11216/gsj.2021.08.53110
- Dias, Murillo; Waltz, Flavio; Oliveira, Barbara. Y. 2021 Teaching Materials on Brazilian Private Companies: Software Contract Negotiation. *Global Scientific Journals*, 91, 2499-2508. doi: 10.13140/RG.2.2.10976.61448
- Mendonça, Renato 2013. *História da política exterior do Brasil : do período colonial ao reconhecimento do Império 1500-1825*. Fundação Alexandre de Gusmão. Gráfica e Editora Ideal. Brasília : FUNAG, 2013.
- Mirza, M. N. *Enduring Legacy of Realism and the US Foreign Policy: Dynamics of Prudence, National Interest and Balance of Power* 2018. *Orient Research Journal of Social Sciences*, v. 03, p. 163-176, 2018.
- Morgenthau, H 2003. *A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: EdUnb/ Ipri, 2003.
- Nye, Joseph 2009. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. São Paulo: Public affairs, 2009
- Poggio, Guilherme 2021. *A Guerra da Lagosta e suas lições*. *Poder Naval*, 2016. Disponível em: <http://www.naval.com.br/blog/2016/01/28/a-guerra-da-lagosta-e-suas-licoes/>. Acesso em 07 de setembro de 2021.
- Portal da Indústria. Entenda a economia do Brasil, seu contexto, atualidades e perspectiva. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/economia/#historia> Acesso em : 03/09/2021.
- Rudzit, Gunther e Nogami, Otto 2009. *Relação Estratégica Brasil-França: Questões a serem respondidas*. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. ISSN 1518-1219. Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 16 a 18].
- Saldanha, Eduardo; Andrade, Melanie M. D. 2008. *Immanuel Kant. Idealismo e a Carta da ONU*. Curitiba: Juruá, 2008. Disponível em: https://www.juru.com.br/shop_item.asp?id=20613. Acesso: 01/09/2021
- Sarfati, Gilberto 2011. *Teorias de relações internacionais*. 4. tir. São Paulo: Saraiva, 2011.
- Silva, Daniel Neves 2021. "Governo João Goulart". *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/joao-goulart.htm>. Acesso em 07 de setembro de 2021.
- Stuenkel, Oliver 2018. *O mundo pós-ocidental: Potências emergentes e a nova ordem global*. Editora Zahar. *Coleção Nova biblioteca de ciênciassociais*, 2018.
